

III ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

TEMA:

**ARQUIVOS MUNICIPAIS: *IDENTIDADE LOCAL
NA EUROPA DAS REGIÕES***

NACIONALIDADE * VIANIDADE * EUROPA

LOCAIS:

GUIMARÃES E VIANA DO CASTELO

DATA:

24, 25 e 26 de Junho de 1993

ORGANIZAÇÃO:

BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta - Guimarães
Arquivo Municipal de Viana do Castelo

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães
Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo
Exma Sr.ª Presidente da ANABAD - Espanha
Caros Colegas
Minhas Senhoras e meus Senhores

A Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas atribui particular importância à realização deste 3º Encontro Nacional de Arquivos Municipais, na presente conjuntura arquivística.

Embora nos últimos anos tenha havido um aumento significativo do número de arquivistas nas Câmaras Municipais o que denota um crescente interesse pela realidade local incontestavelmente benéfico para os arquivos, a grande maioria dos arquivos municipais portugueses continua porém a debater-se com graves carências estruturais sobretudo no que respeita à falta de pessoal especializado e de instalações condígnas.

Os autarcas, titulares de grandes responsabilidades, sabem bem que não se definem orientações na ignorância do passado. Os arquivos, ao manterem o significado e a forma dos actos de ontem não só esclarecem mas também orientam o presente.

Por outro lado, os arquivos devem estar à disposição de todos, para que cada um possa a eles recorrer na sua vida profissional ou pessoal. Esta disponibilidade dos arquivos permite ao cidadão encontrar a sua identidade, garantir os seus direitos e definir os seus projectos.

Os arquivos são assim um instrumento privilegiado para assegurar a organização da vida colectiva e individual. Dotar-se de um serviço de arquivos eficaz deve pois entrar nas preocupações de todos os que exercem uma função social responsável.

Numa época como a nossa, de grandes mutações políticas, sociais, económicas e técnicas, são os arquivos que garantem uma certa permanência e continuidade.

A época moderna coloca problemas de tipo novo aos arquivos.

O desenvolvimento das tecnologias da comunicação e informação e a conseqüente multiplicação de suportes efémeros, o enorme aumento de textos escritos aliado à riqueza dos arquivos orais, obrigam a redefinir as perspectivas e os meios de uma memória que se quer organizar e conservar

para a posteridade.

Os arquivos de amanhã serão cada vez mais aquilo que os homens terão previsto por à disposição daqueles que lhes sucederão.

É neste contexto que se impõe o reconhecimento de que os arquivistas desempenham uma função essencial na vida municipal. Como diz Vicenta Cortez "*sem arquivista não há arquivo*".

Competindo-lhe gerir todo o ciclo de vida dos documentos, a primeira preocupação do arquivista municipal deve ser a de preservar os documentos que nascem todos os dias em resultado da actividade da própria Câmara Municipal, sem minimizar, contudo, a salvaguarda de outros arquivos, como os dos Serviços Municipalizados, das Juntas de Freguesia, das empresas e das famílias, todos eles indispensáveis para a compreensão da vida do município. A massa de informação constante do conjunto de arquivos locais é complementar e faculta em múltiplas perspectivas a compreensão da sociedade local, na medida em que cada um deles é produto de uma função específica que abrange sempre o mesmo conjunto de agentes históricos.

Não é demais realçar que se deve prestar cada vez mais atenção aos documentos úteis para os assuntos camarários, em fase activa ou semi-activa.

Porque hoje em dia não se pode guardar tudo, a selecção deve ser feita criteriosa e sistematicamente. Pela importância e natureza controversa do material seleccionado, o arquivista sente o peso da sua responsabilidade pessoal no desempenho desta tarefa vital.

Ao arquivista compete ainda demonstrar o valor dos arquivos e alcançar o apoio das administrações e do público, aconselhando e instruindo dentro e fora da Câmara Municipal acerca da máquina legislativa e burocrática, dos processos de produção e de utilização dos documentos e de forma como estes estão a ser geridos.

É extremamente árduo ao arquivista satisfazer todas as exigências que lhe são feitas. Alicerçando a sua actividade em sólidos valores e princípios e reunindo embora as condições para o bom desempenho das suas competências como – vocação profissional, rigorosa formação teórica e prática e vontade de servir – muitas vezes os seus esforços são mal compreendidos. Por esta razão pode-se mesmo afirmar que a utilidade social da profissão excede grandemente o reconhecimento que lhe é atribuído.

Enquanto produto de uma actividade administrativa o arquivo municipi-

pal é, do ponto de vista técnico, semelhante a qualquer outro. No entanto, o contexto municipal imprime determinadas características aos arquivos municipais, que decorrem da especificidade das suas funções, dos tipos de documentos que detêm e dos serviços que prestam.

O estatuto legal é decisivo na estrutura organizacional e funcional de um arquivo. Neste sentido, os arquivos municipais têm grandes hipóteses de atingir um certo grau de uniformidade na organização dos seus acervos uma vez que se regem por legislação comum e por directrizes que tipificam os documentos a preservar e a informação a facultar aos cidadãos.

Por outro lado, existe uma convergência de interesses entre os municípios, estimulada pela tradição de em comum debaterem muitos dos seus problemas nomeadamente através das associações e das Federações de Municípios, o que permite aos arquivos municipais disporem de condições privilegiadas para o desenvolvimento de projectos arquivísticos conjuntos.

Deste modo, deverão ser os arquivos municipais a assumirem os seus desígnios e a desenvolverem modelos e estratégias de cooperação e apoio dentro de um sistema de arquivos de cariz descentralizado.

As associações profissionais são infraestruturas naturalmente vocacionadas para estimular um tal sistema de arquivos, facultando-lhe informação, formação e consultadoria.

Na medida em que proporcionam o conhecimento entre colegas que trabalham na mesma área e se esforçam por veicular uma linguagem, normas e valores comuns, as associações ajudam a criar um sentido de comunidade e contribuem para o desenvolvimento de uma cultura profissional própria.

A Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas continuará a incentivar a cooperação entre arquivistas a nível municipal, distrital, nacional e internacional, convicta de que só uma forte consciência profissional e uma compreensão plena da natureza do trabalho que efectuam permitirá aos arquivistas superar, com dignidade e segurança, conjunturas difíceis e actuar positivamente sobre a realidade.

Maria Madalena Arruda de Moura Machado Garcia
Vice-Presidente da BAD